

# Prioridade à recuperação

PAULO RENATO SOUZA

**A** Constituinte, a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases e a campanha eleitoral para a Presidência da República têm se constituído em oportunidades para um debate necessário e inadiável: como superar a crise da educação pública do País? Por trás das várias propostas, há um certo consenso na constatação de que o atual sistema público de Primeiro e Segundo Graus necessita de uma completa reformulação, que é condição para qualquer projeto de desenvolvimento do País. Ainda que em menor grau e por outras razões. São também arroladas as mazelas do sistema universitário público, especialmente o federal.

A concordância termina, contudo, aí. Como sói ocorrer em situação de extrema crise, a tentação é propor a substituição completa do sistema vigente por um totalmente novo, distinto inclusive na concepção básica. Identifica-se a postura do estadista com aquela que quer romper radicalmente com o modelo vigente.

No caso em questão, duas são as vertentes do pensamento que buscam essa mudança radical. De um lado identifica-se a má qualidade da educação com a pouca permanência da criança na escola. Propõe-se então a difusão ampla de escolas de período integral onde, além do ensino propriamente dito, os alunos teriam acesso a facilidades de alimentação, recreação e saúde. Outros preferem ver num suposto caráter autoritário e dogmático da escola pública a razão do seu fracasso. A proposta decorrente destaca a necessidade de abandonar o caráter formador da escola e da educação em geral, em benefício prático de vivência e interação entre professor e alunos, nas quais as experiências de vida e as questões regionais e locais teriam grande importância.

Há um traço comum entre as duas propostas, aparentemente tão díspares: ambas abandonam a idéia de que o objetivo essencial da escola pública seja a qualidade do ensino e a capacidade de formar cidadãos com espírito crítico e consciência nacional. No primeiro caso o essencial seria manter a criança mais tempo na escola, no segundo seria a prática de uma convivência livre e "democrática" entre professor e aluno.

Ainda que não seja explicitamente enunciado, ambas as propostas trazem consigo um diagnóstico da crise atual que coloca ênfase na crítica à "escola formadora", que privilegia a qualidade. É como se a causa da crise fosse a inadequação desse modelo às necessidades da sociedade; e mais, é como se esse modelo estivesse realmente implantado no atual sistema público, tanto no Primeiro e Segundo Graus quanto na universidade.

Oxalá tivéssemos uma boa escola pública formadora de cidadãos com consciência crítica. Esta característica pode ser identificada apenas em parcelas menores do sistema de ensino, que — não sem razão — são justamente as parcelas mais respeitadas e procuradas.

Na verdade, no Primeiro e Segundo Graus tivemos no passado uma escola formadora de boa qualidade. Até os anos 60 a rede pública de Estados, com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul, era de excelente nível, ainda que não possuísse a abrangência que seria desejável. A maioria dos intelectuais brasileiros que têm hoje mais de 45 anos formou-se justamente na escola pública.

A queda de qualidade deu-se a partir dos anos 60, em especial no Primeiro e no Segundo Graus. Creio que as razões básicas para que isso tivesse ocorrido foram: a) a tentativa (louvável) de ampliar rapidamente a abrangência do sistema, sem que fossem, contudo, colocados os recursos necessários para que esse processo não implicasse a queda da qualidade; b) o aumento vertiginoso na demanda por educação devido ao acelerado processo de migração e urbanização; e c) a falta de prioridade para a educação pública na destinação de recursos orçamentários face à política de expansão e ao aumento da demanda.

Como consequência, tivemos a queda salarial do magistério, a deterioração da rede física e a deterioração das condições de ensino (laboratórios, bibliotecas etc.). A escola pública hoje é uma caricatura grotesca do que foi no passado e do seu modelo inspirador — a escola formadora.

O abandono da luta pelo aperfeiçoamento da escola pública dentro de sua própria concepção traz o risco de destruir o que pouco resta, sem lograr implantar um modelo alternativo viável.

No caso da proposta de generalização da escola de período integral, o problema está justamente na sua inviabilidade econômica nas condições atuais do País e no abandono de escola tradicional e da luta por sua melhoria.

Em artigo recente, César Benjamin chamava a atenção para a deterioração nos indicadores mais elementares de desempenho da rede pública no Rio de Janeiro no período em que se implantou uma rede de 60 Cieps. Estes atenderam a cerca de 60 mil alunos. E os 540 mil que estavam na rede de 2.300 escolas públicas de Primeiro Grau? Por outro lado, o abandono da idéia de que a escola deva ser formadora leva a compactuar com a baixa qualidade do ensino na escola pública, com a má formação do magistério, com as precárias condições das escolas etc. Afinal se o processo de ensino e aprendizagem não passa pelo caráter formador e de transmissão de conhecimento na relação professor-aluno,

por que preocupar-se com a qualidade do professor?

Ao contrário das propostas de alteração radical do modelo de escola pública, parece-me que o verdadeiramente revolucionário em matéria de educação seria fazer esta escola realmente funcionar de acordo com sua concepção original. Neste sentido é essencial colocar a questão da qualidade do ensino como o centro de qualquer política ou ação na área educacional.

Recuperar a escola pública de Primeiro e Segundo Graus é em si uma tarefa gigantesca, que requer esforço e recursos em grande abundância além de um longo período de manutenção das políticas adotadas. A simples recuperação da rede física e a construção de mais escolas e salas de aula — necessárias para apenas dar condições adequadas de ensino em meio período — demanda anos de incessante trabalho e dedicação, desde a identificação de terrenos, desapropriações, elaboração dos projetos e a construção propriamente dita. Recuperar laboratórios e bibliotecas requer investimentos pesados e recursos para treinar e contratar pessoal.

Recuperar a qualidade do professor, entretanto, é a tarefa mais longa e difícil. Requer a definição de uma política salarial adequada e estável ao longo do tempo, mas também é preciso partir para uma ampla política de treinamento e aperfeiçoamento, com a mobilização — custosa, certamente — das boas universidades nessa tarefa. Não é possível confiar apenas na indispensável política de alterar as práticas atuais de formação de professores. É preciso considerar que centenas de milhares deles já foram formados nas condições extremamente precárias do atual sistema educacional, que o baixo nível das escolas públicas de Primeiro e Segundo Graus com o baixo nível em geral dos cursos de magistério e com o baixo nível das faculdades privadas, nas quais grande parte dos professores obtém sua qualificação superior.

Como o leitor percebe, a implementação de uma política que simplesmente procure recuperar a escola pública justificaria não apenas um, mas vários governos, envolvendo um montante de recursos que certamente exigirá grandes sacrifícios por parte da sociedade. Nessa etapa, todo esforço deve estar concentrado no objetivo central da recuperação da qualidade do sistema. Qualquer desvio pode implicar novos atrasos irrecuperáveis. Feito isto, poderá a sociedade preocupar-se com as questões a meu ver adjetivas, como o tempo de permanência do aluno na escola ou o grau de autoritarismo porventura prevalente nas relações professor-aluno, ou ainda a introdução de questões locais e regionais nos currículos.

Paulo Renato Souza é Reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi Secretário de Educação do Estado de São Paulo no Governo Montoro.